

Estado vai encerrar aulas noturnas em escola tradicional de Cuiabá

Da redação

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) decidiu encerrar as aulas noturnas na tradicional Escola Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Müller, situada na Avenida Presidente Marques, no bairro Quilombo, em Cuiabá. Na sexta-feira, 23 de agosto, cerca de 600 alunos irão realizar um protesto em frente à instituição de ensino, que existe há 145 anos. O movimento é organizado pelo Grêmio Estudantil da escola, que também pretende acionar o Ministério Público Estadual (MPE-MT) contra a medida.

No passado, a escola era frequentada apenas pela elite cuiabana. No entanto, com o passar dos anos, a instituição abriu suas portas para alunos de todas as classes sociais. Seu primeiro prédio foi na Praça Ipiranga, onde hoje funciona o Ganha Tempo, passando pelo Palácio da Instrução e pelo prédio dos Correios, ambos

localizados no Centro. A escola também abriga um dos mais antigos anfiteatros da cidade.

A instituição recebeu um e-mail com poucas explicações, informando apenas que os alunos serão transferidos para a Escola Estadual Cesário Neto. A medida entrará em vigor no próximo ano.

Hugo Vuerzler, professor de biologia da instituição, relata que o e-mail recebido na última sexta-feira (16), enviado pela Seduc-MT, foi superficial e, inicialmente, considerado "fantasioso", pois não apresentava informações sobre o motivo do encerramento das aulas noturnas. Segundo o professor, a escola possui 14 salas de aula no período noturno, todas lotadas.

De acordo com Vuerzler, os alunos estão preocupados com a dificuldade de acesso à Escola Estadual Cesário Neto, para onde serão realocados. "Para os alunos que saem à noite, após o término das aulas às 22h30, será

difícil voltar para casa. Muitos trabalham aqui perto e pegam o transporte coletivo ao lado da escola. Como esses alunos irão embora após a aula? E quanto a estudar nos bairros? Eles vão acabar chegando atrasados. Nós, enquanto comunidade, estamos preocupados com o futuro desses estudantes. Temos uma das melhores notas no IDEB, estamos em 3º lugar. Então, qual é a justificativa?", questiona o professor.

Os estudantes afirmam que as aulas noturnas são um incentivo para quem não pode estudar durante o dia. "Seja para quem trabalha, cuida da casa ou tem outras responsabilidades, essas aulas oferecem uma chance de continuar os estudos sem precisar mudar a rotina ou desistir por conta das dificuldades. Isso ajuda os alunos a melhorar suas oportunidades no vestibular, tentar uma faculdade federal e seguir em frente com seus sonhos. O Liceu Cuiabano sem-



Gilberto Leite

pre demonstrou preocupação com a educação dos seus alunos, oferecendo uma solução flexível para quem quer

aprender e crescer", consta em uma página nas redes sociais.

OUTRO LADO - A reportagem solicitou uma

nota à Seduc-MT pedindo uma explicação, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

TCE-MT recomenda que todos os municípios aceitem câmeras doadas

Da redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) recomendou que todos os 142 municípios do estado adotem o Programa Vigia Mais MT, uma iniciativa que visa reforçar a segurança pública local por meio da instalação de câmeras de monitoramento fornecidas pelo governo estadual. A recomendação foi aprovada durante a sessão ordinária da última (20), com o apoio da Comissão Permanente de Segurança Pública do TCE-MT, presidida pelo conselheiro Waldir Teis.

O Programa Vigia Mais MT, instituído pela Lei nº 11.766/2022, prevê um investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões para equipar os municípios com 15 mil câmeras de videomonitoramento. O objetivo é permitir que as imagens, captadas em tempo real ou armazenadas, sejam utilizadas para o planejamento de ações de policiamento ostensivo, prevenção ao crime e apoio às investigações policiais.

"Esse programa não pode ser visto como opcional, ele é necessário para todos os municípios, pois irá trazer mais segurança para a população", enfatizou o conselheiro Waldir Teis.

A nota recomendatória do TCE-MT também sugere que as prefeituras realizem estudos sobre a viabilidade de firmar termos de cola-



Mayke Toscano/Secom-MT

aboração com o Governo do Estado e os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consegs) para a instalação das câmeras.

Os Consegs, por sua vez, têm legitimidade para captar recursos provenientes de transações judiciais, penas pecuniárias, multas, doações e repasses de órgãos públicos e privados, o que pode auxiliar os municípios na implementação do sistema de videomonitoramento.

A importância do Vigia Mais MT é ainda mais destacada pelos índices de violência registrados em Mato Grosso, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Anuário da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT) e da Superinten-

dência do Observatório de Segurança Pública.

Para o conselheiro Waldir Teis, a prevenção ao crime passa por uma conscientização da sociedade e por políticas públicas que atuem na raiz da criminalidade, como educação, saúde, moradia, emprego e lazer.

A adesão ao programa será acompanhada pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) do TCE-MT, que verificará se os municípios receberam e instalaram corretamente os equipamentos. A recomendação foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Tribunal.

SEM CÂMERAS - As duas maiores cidades de Mato Grosso, Cuiabá e Várzea Grande, não possuem as câmeras

fornecidas pelo governo do estado. Ao todo, estão disponíveis 4 mil aparelhos que ajudariam no trabalho policial, acelerando a prisão de criminosos. Foram adquiridas 15 mil câmeras para o programa, que são entregues aos municípios interessados, sem nenhum custo.

A Prefeitura de Cuiabá alegou, na época, que enfrentaria "dificuldades para montar uma central de monitoramento", pois isso custaria milhões de reais aos cofres públicos, já que as imagens seriam repassadas à Secretaria de Segurança Pública (Sesp). Nesse cenário, a Prefeitura de Cuiabá estaria assumindo uma função que é de responsabilidade do Estado na área de segurança pública.

PREVENÇÃO

TCE recomenda aulas na educação básica sobre violência doméstica

Da redação

Municípios mato-grossenses deverão se adequar às leis federais e estaduais, e implementar conteúdos sobre violência doméstica e familiar na grade da educação básica, conforme recomendação emitida pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). Elaborada pela Comissão Permanente de Segurança Pública, sob presidência do conselheiro Waldir Teis, a nota recomendatória foi aprovada por unanimidade na sessão ordinária de terça-feira (20).

De acordo com o documento, os conteúdos abordando Direitos Humanos e a prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher devem ser incluídos no currículo escolar como temas transversais, a fim de impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar.

"Os gestores devem elaborar diretrizes municipais para essa inclusão, capacitar os professores e funcionários da educação para lidar com questões sensíveis, realizar campanhas de conscientização e mobilização comunitária para destacar a importância da educação sobre vio-

lência doméstica e familiar, envolvendo pais, alunos e toda a comunidade escolar no processo, bem como realizar monitoramento e avaliação regularmente da eficácia das iniciativas implementadas", salientou o conselheiro.

O TCE-MT recomenda também que secretarias municipais e estadual de Educação implementem a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que deve ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de educação básica.

"Essa nota recomendatória é resultado do 1º Encontro Nacional de Segurança Pública, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Segurança Pública, cuja programação incluiu o debate sobre como as escolas podem contribuir para a identificação da violência doméstica e familiar e incumbe ao TCE-MT os relevantes papéis de instruir, orientar e esclarecer os gestores e ordenadores de despesas estaduais e municipais, contribuindo de forma pedagógica para o aperfeiçoamento da gestão pública", concluiu Teis.

DERRUBADA DE VETO

O projeto que responsabiliza a CS Mobi por danos e furtos foi vetado pelo prefeito, mas acabou sendo promulgado pelos vereadores

Empresa será responsabilizada

Gilberto Leite

Da redação

Os vereadores por Cuiabá derrubaram o veto do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e mantiveram o projeto de lei complementar que obriga a empresa CS Mobi a contratar um seguro para os veículos e motocicletas que utilizam o estacionamento rotativo na região central de Cuiabá. Conforme o autor do projeto, vereador Dilemário Alencar (UB), não deve haver aumento na tarifa do rotativo, que hoje é de R\$ 3,40 por hora para carros e R\$ 2 a hora para motos.

"Quando você compra o ticket, você faz uma relação de consumo. Você pagando e tem o comprovante, e seu carro foi roubado, furtado, ou teve alguma avaria, na sua

moto, a empresa tem que ser responsabilizada. Se não, fica muito fácil, roubam seu carro, riscam seu carro ou sua moto, e a empresa não tem responsabilidade nenhuma? Ela fatura muito! Então, esse projeto veio para fazer justiça ao consumidor", disse Alencar.

Dilemário alega que não haverá aumento no valor do estacionamento rotativo. Segundo ele, quem usar esse discurso está defendendo o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). O vereador diz ainda que a empresa não está honrando com o contrato de concessão, pois ainda não começou a fazer a revitalização do Centro Histórico, que é a contrapartida para a concessão do estacionamento rotativo.

"Isso é conversa fiada, não existe essa de

aumento. Quanto essa empresa está lucrando? E, não vai ser roubado carro todos os dias. É conversa fiada de quem quer defender o prefeito Emanuel Pinheiro ou essa empresa, que não está cumprindo o contrato. O Código Civil, no artigo 43, [diz que] se há relação de consumo, a empresa que fez essa transação comercial com você tem que ser responsabilizada", alegou.

Os vereadores também derrubaram o veto do prefeito ao projeto de lei que concedia gratuidade para os idosos no estacionamento rotativo. Segundo Dilemário, já existe uma ação da Prefeitura para tentar derrubar a lei na Justiça.

"Essa empresa estava cobrando dos idosos e o prefeito está tentando derrubar essa lei por



Dilemário alega que não haverá aumento no valor do estacionamento rotativo e disse que a empresa não está "honrando com o contrato"

meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). A gente vai convocar o responsável

por essa empresa CS Mobi, para explicar na Câmara de Cuiabá sobre o porquê estariam des-

cumprindo o contrato e expor o montante que já foi arrecadado até o momento", concluiu.

GRANDES EMISSORAS

Júlio Campos dá conselhos a Botelho sobre debates

Gilberto Leite

Da Redação

O deputado estadual Júlio Campos (União) acredita que o candidato a prefeito de seu grupo em Cuiabá, o também deputado Eduardo Botelho, não deve deixar de comparecer aos debates, apesar de ter se tornado o alvo preferencial de seus rivais. Entretanto, Júlio defende que Botelho participe apenas dos debates que são realizados pelas grandes emissoras, para garantir o cumprimento das regras.

Júlio também aconselhou Botelho a apresentar as propostas que estão listadas em seu plano de governo, sem se deixar levar pelas 'baixarias dos adversários'.

"Eu acho que não tem problema nenhum, ele tem que falar de plano de governo. O deputado Botelho está preparado para disputar uma eleição, porque tem um programa

feito por técnicos competentes e por políticos competentes. A gente tem que lembrar que o nosso candidato é o único com dois cursos de nível superior, é professor de Matemática e professor de Engenharia da UFMT. É deputado por três mandatos, presidente da Assembleia Legislativa e empresário de sucesso. Não deve fugir e não acredito que vá fugir", avaliou.

Para Júlio, Botelho só deve comparecer no que chamou de "debatezinhos", eventos organizados por empresas de comunicação menores. Segundo ele, esse tipo de debate faz o candidato perder até quatro horas respondendo "as mesmas perguntas de sempre", tirando tempo precioso que poderia ser dedicado à campanha.

"Não precisa ir em 'debatezinhos' que não têm audiência, é perder tempo. Tem

debate com apenas meia dúzia de gatos pingados, aí não vale apenas gastar três ou quatro horas. Ao invés de fazer campanha política, tá respondendo a mesma rotina de sempre. Deve ir nos grandes debates", finalizou.

Botelho foi o alvo preferencial dos rivais Abílio Brunini (PL) e Lúdio Cabral (PT) durante o primeiro debate, organizado pelo portal de notícias Primeira Página. No caso de Abílio, os ataques foram mais pessoais, citando empresas ligadas a familiares de Botelho que detém contratos com a Prefeitura de Cuiabá.

Após esse primeiro debate, Botelho afirmou que iria reavaliar sua participação nos demais eventos. O candidato avaliou que o debate serviu apenas para ataques pessoais e teve pouca abertura para apresentação de propostas.



Júlio também recomendou que o candidato se concentre em apresentar suas propostas, sem se deixar levar por 'baixarias'

MANOBRAS NA ACS

Comissão suspende eleição e indefere candidaturas

Da Redação

A Comissão Eleitoral da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso (ACS-PMBM/MT) suspendeu a realização da eleição da nova diretoria da entidade, que aconteceria nesta sexta-feira, 23 de agosto. A decisão foi tomada após a Justiça indeferir a candidatura do sargento PM Laudicério Aguiar Machado, que buscava a reeleição, apesar de não ser mais cabo nem soldado.

A suspensão da candidatura de Laudicério foi determinada pelo juiz da 8ª Vara Cível de Cuiabá, Alexandre Elias Filho, que constatou irregularidades em uma assembleia extraordinária realizada em 15 de junho, realizada para modificar o estatuto da associação com objetivo de permitir a reeleição de Laudicério e do diretor financeiro, o sargento PM Edson Silveira de Araújo.

Laudicério e Edson

polícia Militar e não poderiam mais ser atendidos pela Associação de Cabos e Soldados. Para isso, deveriam migrar para a Associação dos Sargentos, Subtenentes, Oficiais Administrativos e Especialistas da Polícia Militar e Bombeiros Militar Ativos e Inativos (Assoade).

Conforme a ata da reunião da Comissão Eleitoral, à qual o Estadão Mato Grosso teve acesso, as outras candidaturas para a diretoria da associação acabaram sendo indeferidas por não atenderem ao critério do antigo Estatuto Social da entidade. Pela regra antiga, os can-

didatos deveriam ter, no mínimo, 35 anos de idade e 10 anos de praça até a data do registro da chapa. Esse critério não teria sido atendido pelos candidatos das outras duas chapas.

Além disso, o estatuto antigo determinava que a eleição deve ser realizada no dia 18 de no-

vembro do último ano da atual gestão, não permitindo a fixação de outra data para o sufrágio.

Por fim, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) teria negado o fornecimento de uma urna eletrônica para a realização do pleito e a Comissão Eleitoral concluiu que não há prazo suficiente

para aquisição de cédulas e mobilização de todos os associados, que somam mais de 2 mil militares.

"[...] ante o 'fator surpresa' da decisão judicial, não houve tempo hábil para preparação e acomodação para prosseguir com a votação/eleição nesses moldes", diz trecho da ata.

APOIO A LÚDIO

Federação vai à Justiça contra os "infiéis"

Gilberto Leite

Da Redação

O presidente estadual do PT, deputado Valdir Barranco, afirmou que irá entrar na Justiça para cobrar fidelidade de candidatos a vereadores que não querem pedir votos para o candidato do grupo à Prefeitura de Cuiabá, o também deputado Lúdio Cabral (PT). Barranco fez a declaração nesta quarta-feira, 22 de agosto.

Existe um movimento de candidatos que compõem a federação Brasil da Esperança (que reúne PT, PV e PCdoB) para não

declarar apoio a Lúdio, o que resultaria em infidelidade partidária, já que os partidos devem atuar como um só.

"Dentro da federação nós não vamos permitir. A federação, ela é um partido, como se fosse um partido, tem um estatuto próprio. A infidelidade nós vamos cobrar, nem que seja na Justiça. [Se o] vereador é de outro partido, mas é da federação, ele deve fidelidade o candidato da federação", afirmou.

Barranco aconselhou o presidente do diretório municipal do PT, Bob Al-

meida, a cobrar fidelidade partidária desses candidatos.

"Não faço parte do diretório municipal, é o Bob. Meu conselho para o Bob é: quem desvirtuar disso, tem que ser cobrado", falou.

O petista também lamentou que o vereador Marcus Brito (PV), que busca a reeleição, tenha decidido 'caminhar só', alegando que não tem proximidade com Lúdio e defende bandeiras diferentes.

"Isso é da consciência dele, é uma questão de honestidade", finalizou.



O presidente estadual do PT, deputado Valdir Barranco

RANKING NACIONAL

Mato Grosso caiu duas posições no ranking deste ano, que avalia a situação dos estados em 10 quesitos, cada um com pesos diferentes

MT é o 10º estado mais competitivo

Da redação

O Ranking de Competitividade dos Estados e Municípios 2024 revelou que Mato Grosso caiu duas posições e agora é o 10º Estado na disputa nacional. Na edição passada, Mato Grosso aparecia em 8º lugar no relatório, que mede a capacidade dos Estados em 10 quesitos. O relatório é elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e foi divulgado nessa quarta-feira, 21 de agosto.

O relatório deste ano mostra os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná liderando a disputa. A pontuação geral leva em consideração a pontuação obtida pelos Estados em 10 quesitos, que têm pesos diferentes, de acordo com sua importância para o desenvolvimento.

Cada quesito analisado pelo ranking leva em

consideração a avaliação dos Estados em subtemas, para que a análise seja mais aprofundada e temática. Dos 10 itens analisados, Mato Grosso teve resultado negativo em oito, se manteve estável em apenas um e subiu em outro.

O primeiro quesito é o de Infraestrutura, no qual Mato Grosso caiu 5 colocações ao obter 37,0 pontos e se classificou em 13º lugar. O item leva em consideração os principais segmentos de infraestrutura, como rodovias, energia, telecomunicações, saneamento e transporte aéreo.

O documento ressalta que nem todos os indicadores foram atualizados, como o Acesso à Energia Elétrica, cujas informações dependem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), que só deve

ser divulgada no final do ano. O indicador Qualidade das Rodovias também não foi atualizado devido à ausência de dados divulgados pela entidade responsável.

“O indicador de Qualidade do Serviço de Telecomunicações foi alterado pela Anatel, de modo que prejudicou a comparabilidade entre as edições do ranking e dificultou a consolidação das informações para a escala estadual”, diz trecho do documento.

Em Sustentabilidade Social, Mato Grosso obteve 55,6 pontos e ficou na 9ª colocação entre os Estados, caindo uma posição no ranking. O pilar avalia o grau de comprometimento do governo em atuar para reduzir a vulnerabilidade social das pessoas em diferentes etapas da vida. Esse quesito tem



Dos 10 itens analisados, Mato Grosso teve resultado negativo em oito, se manteve estável em apenas um e subiu em outro

por objetivo superar os conceitos que centralizam apenas na renda e ampliar a análise para o bem-estar social.

Educação e segurança pública em declínio

Da redação

Já em relação à Educação, Mato Grosso apresentou queda de 6 colocações. No relatório deste ano, o Estado obteve 37,1 pontos e ficou em 16º lugar. Ao explicar sobre o quesito, o CLP dá dimensão de como os temas são significativos no panorama geral.

No caso, o documento menciona que as deficiências encontradas na Educação e na Infraestrutura do país são os principais desafios para melhoria da competitividade nacional. Esses problemas, conforme aponta o relatório, impactam diretamente no desenvolvimento econômico e social do país.

O relatório aponta também, ainda sobre a Educação, que é necessário um amplo conjunto de medidas para

reverter a situação e que essas ações superam, em muito, a melhora na qualificação e remuneração dos professores.

VIOLÊNCIA - Palco de grandes cenas de violência nos últimos anos, envolvendo inclusive chacinas, grupos de extermínio e guerra de facções, Mato Grosso também teve resultado negativo no quesito Segurança Pública. O Estado obteve nota 50,9 e ficou em 14º lugar, caindo 4 posições no ranking.

O relatório aponta que a Segurança Pública é a responsável pela construção da ordem e proteção dos direitos individuais e é essencial para garantia do desenvolvimento. O item recebe o maior peso entre os 10 pilares temáticos, respondendo por 13% da nota, e tem a maior importância relativa entre os demais.

Ranking revela os desafios de Mato Grosso

Da redação

A Solidez Fiscal é o único quesito em que o Estado está bem colocado, em 2º, mas ainda assim apresenta queda, já que na última edição figurava em 1º. Neste ano, Mato Grosso obteve 95,7 pontos neste tema.

“A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou Município. [...] Para capturarmos o grau de solidez fiscal dos Estados, foram utilizados indicadores que levam em conta dimensões distintas, mas inter-relacionadas, de sustentabilidade fiscal”, diz trecho do documento.

O Estado conseguiu se manter na mesma

posição do ano passado no quesito Eficiência da Máquina Pública, obtendo 77,5 pontos e ficando em 6º lugar. Segundo o relatório, este é o pilar que traduz uma das motivações centrais para elaboração do ranking: a criação de mecanismos de incentivos para a construção do bom governo.

O pilar de Capital Humano, por sua vez, avalia a qualificação da mão de obra local e sua inserção no mercado de trabalho. Este é o único quesito no qual Mato Grosso apresentou melhora, subindo duas colocações, agora na 6ª, com 79,0 pontos.

Celeiro do mundo, a questão sustentável é um “Calcanhar de Aquiles” para Mato Grosso. O Estado obteve 39,7 pon-

tos de nota e ficou em 18º lugar, registrando queda de 4 colocações.

O relatório aponta que o desenvolvimento econômico nacional pode estar duramente comprometido por causa de restrições ambientais severas. Neste quesito, o ranking levou em consideração informações referentes à emissão de gases poluentes, desmatamento e manejo do esgoto, resíduos e recursos hídricos.

Já no pilar Potencial de Mercado, Mato Grosso caiu 11 posições ao receber nota 39,3 e ser registrado na 19ª posição. Segundo o documento, este quesito considera o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) de cada Estado, sua dinâmica de crescimento dos

últimos quatro anos e o crescimento potencial da força de trabalho pelos próximos 10 anos. Indicadores de crédito também foram considerados neste pilar: Comprometimento de Renda, Qualidade de Crédito para Pessoa Física, Volume de Crédito, e Inadimplência.

O último critério é o da Inovação, na qual Mato Grosso ficou em último lugar, 27ª posição, no ranking. O Estado obteve 0,0 ponto e caiu duas posições em relação ao último relatório.

Este quesito levou em consideração a introdução de novas técnicas e métodos que contribuem para os processos existentes nas empresas, organizações e sociedade em geral.

QUEDA INTERROMPIDA

Cesta básica fica mais cara

Da redação

Interrompendo uma sequência de oito de semanas consecutivas de queda no preço da cesta básica, o Boletim Semanal da Cesta Básica, apurado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), apresentou aumento de 0,95% na terceira semana de agosto, passando a custar R\$ 740,03. Com o impacto do aumento em sete dos 13 alimentos componentes da cesta, o valor médio do mantimento está 0,22% acima do averiguado na comparação anual, que foi de R\$ 738,41.

Segundo análise do IPF-MT, mesmo com o avanço nominal de R\$ 6,98 sobre a semana anterior, ainda assim, o mantimento permanece entre os patamares mais baixos de 2024, o que pode ser considerado um fator positivo para o comportamento de consumo por parte das famílias em Cuiabá. O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, ressalta o baixo índice da cesta na capital.

“Apesar de mostrar crescimento na terceira

semana, diante de oito quedas anteriores consecutivas, o patamar atual se mantém abaixo do averiguado entre janeiro e julho desse ano, contribuindo para manter a cesta básica cuiabana favorável ao consumo, favorecendo, inclusive, para o controle financeiro das famílias”, explicou.

O principal item que contribuiu para a elevação de preço observada na semana foi o tomate, com variação de 12,72% e apresentando um custo médio de 4,78/kg. Ainda conforme análise do instituto da Fecomércio-MT, o crescimento pode estar atrelado à limitação da oferta do produto, por questões de queda nas temperaturas, o que retardou sua maturação.

Após quatro semanas consecutivas de recuo, a batata demonstrou alta esta semana, de 4,76%, chegando aos R\$ 7,68/kg. Tal situação, para o IPF-MT, pode ter relação com condições do clima, com muitas chuvas limitando a colheita nas regiões produtoras e reduzindo, consequentemente, a oferta do tubérculo, o que eleva o preço do produto no mercado.

O superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, comentou sobre os reflexos que as oscilações dos hortifrúteis causam no custo da cesta básica em Cuiabá. “Mais uma vez, o aumento no valor da cesta básica é justificado pelas variações no preço dos hortifrúteis, principalmente do tomate e da batata, que por sua vez possuem a oferta muito atrelada a fatores climáticos e mudanças, o que incide em grande peso sobre as oscilações no valor do mantimento”.

Por fim, Cunha concluiu que a elevação no custo do mantimento verificada nesta semana não impactou na queda de preços de produtos na variação anual. “Mesmo com o crescimento da maioria dos itens da cesta básica, alguns alimentos têm apresentando quedas significativas no comparativo com o mesmo período do ano passado, como o tomate, o feijão, a farinha e a carne, que recuaram 30,53%, 15,10%, 9,17% e 2,65%, respectivamente, indicando recuo no longo prazo para esses alimentos”.



O tomate foi o principal item que contribuiu para a elevação do preço, com variação de 12,72%, apresentando um custo médio de 4,78/kg

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR